

A estratégia do governo Sarney nos próximos quatro anos

por Claudia Safatle
de Brasília

Na montagem de uma prospeção da economia brasileira de 1986 a 1989 — período que compreenderia a gestão do governo do presidente Sarney —, os técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que elaboraram o Programa Nacional de Desenvolvimento Econômico (PND), armaram um cenário-base para os principais indicadores da política econômica, que traz importantes informações sobre a estratégia do governo Sarney para os próximos quatro anos.

A contração fiscal que será posta em prática já no ano que vem representa um esforço de Cr\$ 31 trilhões em cruzeiros de hoje. Esta é a cifra que representará a combinação de medidas "absolutamente necessárias" de cortes nos gastos públicos, recomposição de receitas tributárias, tarifas realistas para o setor público e privatização de empresas estatais. A contração fiscal cairá para Cr\$ 20,08 trilhões em 1987, em cruzeiros de hoje, Cr\$ 13,45 trilhões em 1988 e apenas Cr\$ 5,22 trilhões em 1989.

Estes valores foram obtidos com base em premissas fundamentais, como a manutenção da dívida interna líquida estreitamente ligada à performance do Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, a dívida, em termos reais, crescerá apenas 6% nos anos em questão, e os gastos não financeiros do setor público permanecerão congelados

(crescimento real zero) durante esses quatro anos. Assim, com o PIB crescendo 6% o tamanho do setor público cairá, em termos reais, a cada ano.

A contração fiscal será tanto maior que a projetada quanto maior for a taxa de juros interna, que, segundo o programa, deverá estabilizar-se em 16% reais; a cada 1% de queda na taxa de juros sobre esses 16% economiza-se Cr\$ 1,73 trilhão no esforço fiscal em 1986 Cr\$ 1,83 trilhão em 1987, Cr\$ 1,94 trilhão em 1988 e Cr\$ 2,06 trilhões em 1989.

Para dar a dimensão do peso dos juros na formação do déficit público, os técnicos imaginaram cenários alternativos. Assim, se os juros internos ficassem idênticos à taxa externa da Libor, prevista em 11,6% em 1986 (incluindo sobretaxas e comissões), 12,3% em 1987, 11,2% em 1988, e 10,2% em 1989, a amenização da contração fiscal seria substancial. Ou seja, em vez de uma economia de Cr\$ 31 trilhões sugerida inicialmente, a redução dos custos financeiros baixaria em Cr\$ 7,62 trilhões no ano que vem, Cr\$ 6,79 trilhões em 1987, Cr\$ 9,34 trilhões em 1988 e Cr\$ 11,96 trilhões no último ano do PND da Nova República (todos esses cálculos são feitos mantendo o valor do cruzeiro deste ano).

Esse modelo supõe que o País não receberá novos créditos em moeda dos bancos credores internacionais nesses quatro anos, sobrevivendo apenas com recursos dos organismos

multilaterais de crédito (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc.). O crescimento médio do comércio mundial se situaria na faixa de 3,8% e as reservas cambiais líquidas brasileiras, que neste ano devem fechar em US\$ 4,2 bilhões, se manteriam equivalentes a 25% das importações, além de uma margem fixa de mais US\$ 3 bilhões, como um "colchão" de salvaguarda.

Tudo ocorrendo como está colocado, a dívida externa líquida cairá 4% reais em 1986/87, 6% reais em 1988 e 10% reais em 1989. A relação dívida interna e externa do setor público, comparada ao PIB, sofreria um processo decrescente assim projetado: 0,478% em 1986, 0,475% em 1987, 0,432% em 1988 e 0,405% em 1989.

O produto per capita, consistente com essa política de ajustamento, tomando em 1980 como base 100, começará com uma recuperação lenta nos próximos anos, sendo que no ano que vem ainda prosseguiria com uma queda de 3,7%, recuperando 1% no ano de 1987, 4,9% em 1988 e 8,9% em 1989.

No centro dessas estatísticas, está concebida também a estratégia de redução da exportação líquida de recursos reais para o exterior. Como a formação bruta de capital fixo caiu brutalmente, de 1980 para 1984, de 21,8% do PIB para apenas 15,7% do PIB no ano passado, o modelo de estabilização desenhado no PND incorpora o aumento das importações seletivas

de bens não competitivos com a produção nacional, assim como máquinas, equipamentos e insumos necessários à modernização do parque industrial e à recuperação da taxa de investimento.

Limitar a transferência líquida de recursos para o exterior, abrir espaços para o crescimento das importações e, ainda assim, fortalecer as reservas cambiais do País no patamar citado anteriormente, demanda alternativas de financiamento externo. O documento do PND não fala explicitamente em necessidade de "dinheiro novo" dos bancos privados internacionais. Não falar sobre isso mais, até que se registre uma efetiva necessidade de dinheiro novo, constitui uma estratégia do governo Sarney.

A Seplan limitou-se a excluir como alternativas a volta de empréstimos voluntários, a possibilidade de obter novos e volumosos recursos dos organismos internacionais, suficientes para fazer frente à escassez de empréstimos em moeda dos bancos privados e a lembrar que outra fonte, que seriam os investimentos diretos, também é limitada pela conjuntura econômica do País.

Antes de enviar oficialmente para apreciação o PND ao Congresso Nacional, o presidente José Sarney encaminhou cópias do documento a todos os ministros de Estado e aos líderes da Câmara e do Senado, para que possam, eventualmente, sugerir colocações adicionais.